

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÏBA

PROCESSO N.º

Espécie do Expe	liente: "VETO PARCIAL	AO PROJETO-DE-LE I Nº 095/79."
Ресро	nente: Executivo Mun	ICIPAL
Data de entrada	24 / ABRIL / 19	79
	Protoc	clado sob N.º 917/FLS. 08
A	NDAMENT	
Em Sessas	de 04/05/79 0 \$	o priseti proceso a Para AUTORIA. Executivo Municipa
	Justica e Redaços	o prisente processo XX
foi aprovado	ator of red	AUTORIA LINE ALONA
dias abstence	ās : QS em 211	05 148
		/92/





#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Guaiba, 19 de abril de 1979 Of. nº 024 -CH/GAB-79

Senhor Presidente

Como nos faculta a Lei Organcia do Município de Guaíba, valemo-nos da presente para, no prazo legal, apresentar TO PARCIAL ao projeto de Lei nº 095/79, especificamente às altera ções introduzidas pela Comissão de Justiça e Redação, alterando texto do projeto que, por consequência, o tornou inconstitucional contrário ao interesse público pelas razões que passamos a expor:

1- FOI SUPRIMIDO DO ART. 19:" A JUÍZO DO PREFEITO".

Com a alteração proposta, estaremos despindo Executivo, órgão administrativo local, da faculdade de que necessita para dirigir as iniciativas comunitárias para as áreas de real necessidade do Município. A declaração de utilidade pública a entidade busca oficializar um serviço que está suprindo ou haja cessidade de suprir dentro da comunidade, uma tarefa que caberia ao Poder Público. Descabida, pois, seria -e com grande prejuízo- tirado do Executivo o poder de decidir baseado em seus conhecimentos de re al necessidade da coletividade. Sem essa faculdade, as iniciativas comunitárias seriam fatalmente dispersadas ao sabor e capricho do cada cidadão.

Por outro lado, o art.1º do Projeto em pauta foi copiado do Decreto-Lei nº 1130/46, com simples adaptações ao âm bito municipal.

2- FOI INTRODUZIDO NO ART.5º: "OUVIDO O PODER LEGISLATIVO".

À introdução proposta, sujeitando a regulamentado de la la capacidade do Decreto de Decembra de Dec

ção da Lei a anuência do Poder Legislativo, deveremos fazer uma de como de la tinção. Lei e Regulamento são atos jurídicos que não se confundem embora eles tenham muitos pontos em comum. Distinguir-se-á, forma.

CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE: B97428062B50C0C3AE7A3D4FFCE12D27 /ERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM https://www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/autenticidadepdi CODIGO DO DOCUMENTO: 016724

Cont.....



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

mente, a lei do regulamento pelo órgão de que emana: a primeira provém dos órgãos constitucionalmente investidos na função legislativa, enquanto que o regulamento procede dos órgãos investidos da função regulamentar, ou seja, de competência do Executivo, que não pode ser proibido de fazê-lo ou que lhe seja restringida a possibilidade. tretanto a distinção comumente aceita entre lei e regulamento é que a lei inova, originariamente, na ordem jurídica, criando ou alte rando direito, superpondo-se a todas as normas jurídicas vigorantes. à exceção apenas dos textos constitucionais. Assim a lei possui traço característico, a novidade. O regulamento não inova, origina riamente, ou seja, não cria direito novo, não introduz qualquer modi ficação à ordem jurídica vigorante. É bem verdade que o regulamentotambém pode inovar a ordem jurídica, mas essa inovação está sempre subordinada à Lei, será sempre feito nos termos dela, sob pena de expressiva de contra subordinada à Lei, será sempre feito nos termos dela, sob pena de

de seu cumprimento. Desta feita, as minúcias, as particularidades a que a lei não precisaria referir-se expressamente porque implíci tas ao sentido de suas disposições, ou ao seu espírito, constituiriam a matéria do regulamento, sendo importante que o Executivo não ingres am a matéria do regulamento, sendo importante que o Executivo nao inguento vada o campo de competência da lei nem altere as suas normas o que seria ilegal e sem valor. A função do regulamento é facilitar a execução da lei, especificá-la, de modo que se torne exequível. E, por fim, os regulamentos são tradicionalmente expedidos através de decigio to Executivo, não cabendo, portanto, a necessidade de aprovação per vez esparante dos esperamos que o vez esparante de seja mantido, com a aprovação do projeto original, e aproveitamos ensejo para reiterar os nossos protestos de elevada estima e distima ta consideração.

Atenciosamente Atenciosamente Atenciosamente Atenciosamente Acelebração de Projeto Original de Atenciosamente Acelebração de Atencios de Atenc

seja mantido, com a aprovação do projeto original, e aproveitamos values de elevada estima e distina ta consideração.

Atenciosamente

Atenciosamente

Or. Solon Tavares

or. Solon Tavares Prefeito Municipal

Ilmo.Sr. Ver. Antenor Pereira MD Presidente da Câmara Municipal N/CIDADE





### PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE LEI Nº 095

ESTABELECE CONDIÇÕES PARA O RECO NHECIMENTO DE SOCIEDADE DE UTILI DADE PÚBLICA.

DR. SOLON TAVARES, Prefeito Municipal de Guaíba. FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sam promulgo a seguinte Lei:

ART.19 - As sociedades civis, associações e fundações constituidas no Município de Guaíba, com o fim de servir desinteresse 

§ único - A denominação, sede, fins e bens da so

ndação declarada de utilidade pública, serão inscribenta de Saúde e Aceded de Aceded de Municipal da Saúde e Aceded de Município decorrerá edade, associação ou fundação declarada de utilidade pública, serão insca tos em livro especial, escriturado na Secretaria Municipal da Saúde e Açe Social.

título de utilidade pública, ficando assegurada as entidades dele portade ras, o uso de emblemas, flâmulas, bandeiras ou distintivos próprios, deva damente registrados na Secretaria da Saúde e Ação Social.

ART. 39 - As sociedades, associações e fundações declaradas de utilidade pública ficam obrigadas a apresentar no fim de ca da ano, exceto por justo impedimento, a critério da Secretaria Municipello da Saúde e Ação Social, relação circumstanciada dos serviços que houve prestado à coletividade.

§ único - Será cassada a declaração de utilidade pública no caso de infração deste dispositivo, ou se, por qualquer motivo a declaração exigida não for apresentada em três anos seguidos.

ART. 49 - Será igualmente cassada a declaraçã utilidade pública seja ex-ofício, seja mediante representação documen do órgão do Ministério Público, ou de qualquer interessado, sempre que provar a não observância às exigências desta Lei.



# CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

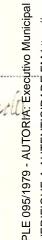
Parecer N.o (0060H/GAB) 095/79 PROCESSO N.o REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina:

QUE SEJA ALTERABO NO ART 19, QUE PASSARA A TER A SEGUINTE REBAÇÃO: AS SOCIEBABES CIVIS, ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES CONSTITUIDAS NO MUNI-CIPIO DE GUALBA, COM O FIM DE SERVIR DESINTERESSADAMENTE A COLETIVI-BABE, PODEM SER DECLARADAS DE UTILIDADE PUBLICA, PROVADOS OS SEGUIN-TES REQUISITOS.

ART.50, BA-SE A SEGUINTE REBAÇÃO:

ASECRETARIA MUNICIPAL DE SAUBE E AÇÃO SOCIAL ELABORARA O REGULAMENTO DESTA LEI, OUVIDO O PLDER LIGISLATIVO Sala das Comissões, em







### CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Parecer N.o

095/79 PROCESSO N.o

REQUERENTE

Municipal

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina:

Coucondo com a ucono pillación who tomissie de Julies a Rellação.

Sala das Comissões, em 2/Ala. 12 18

Presidente

Relator



PLE 095/1979 - AUTORIA: Executivo Municipal



## CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

PROCESSO N.o 095/49
REQUERENTE 2 recutions Municipal

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina:

FAVORAVEL AO VETO

Sala das Comissões, em 21/1/7

Sala das Comissões, em

Presidente

ghiticio: Com

a o Veto.

PLE 095/1979 - AUTORIA: Executivo Municipal



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL GUAÍBA DE

Parecer N.o

PROCESSO N.o

095179

REQUERENTE

Breautico Hurricipal.

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina:

Somos Pelo Veto 1.0 ONDE DIZ A JUIZO DO SA. PREFEITO.

Sala das Comissões, em

PLE 095/1979 - AUTORIA: Execu



105 79. 05 1979. 22

### SENHOR PREFEITO:

CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE: B97428062B50C0C3AE7A3D4FFCE12D27 PELO PRESENTE, ENCAMINHAMOS A V.SA., EM ANEXO, O TOGRAFO DO PROJETO - DE - LEI Nº 095/79, QUE "VETO PARCIAL AO PROJETO DE - LEI Nº 095/79.", APROVADO PELA MAIORIA PELA CÂMARA MUNICIPAL EM SESSÃO DO DIA 21/05/79 PARA FINS DE SANÇÃO DESSE EXECUTIVO.

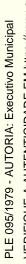
PLE 095/1979 - AUTORIA: Executivo Municipal
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM https://www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/autenticidadepdf OUTROSSIM, SOLICITAMOS A V.SA. SE SANCIONADO FOR O PROJETO UMA VIA DE LEI CORRESPONDENTE PARA FINS DE INTEGRAREM OS ARQUIVOS DE NOSSA SECRETARIA.

SEM OUTRO OBJETIVO, SUBSCREVEMO-NOS,

CORD LALMENTE .

RESIDENTE

ILMO. SR. DR. SOLON TAVARES M.D. PREFEITO MUNICIPAL N/CIDADE.



CODIGO DO DOCUMENTO: 016724

